

SUPERIOR TRIBUNAL MILITAR

ATA DA 70ª SESSÃO DE JULGAMENTO, EM 29 DE SETEMBRO DE 2016 - QUINTA-FEIRA

PRESIDÊNCIA DO MINISTRO Ten Brig Ar WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS

Presentes os Ministros José Coêlho Ferreira, Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha, Alvaro Luiz Pinto, Artur Vidigal de Oliveira, Cleonilson Nicácio Silva, Marcus Vinicius Oliveira dos Santos, Luis Carlos Gomes Mattos, Lúcio Mário de Barros Góes, José Barroso Filho, Carlos Augusto de Sousa, Francisco Joseli Parente Camelo, Marco Antônio de Farias e Péricles Aurélio Lima de Queiroz.

Ausente, justificadamente, o Ministro Odilson Sampaio Benzi.

Presente o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr. Roberto Coutinho, na ausência ocasional do titular.

Presente a Secretária do Tribunal Pleno, Sonja Christian Wriedt.

A Sessão foi aberta às 13h30, tendo sido lida e aprovada a Ata da Sessão anterior.

COMUNICAÇÕES DO PRESIDENTE

No uso da palavra, o Ministro Presidente cumprimentou, em nome da Corte, o Ministro JOSÉ BARROSO FILHO, diretor da Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados da Justiça Militar da União (ENAJUM), pela excelência da programação do Curso de Formação Continuada para Magistrados da Justiça Militar da União e do Curso de Formação para Fins de Vitaliciamento, destacando a magnitude e diversidade das atividades e o elevado nível dos palestrantes.

MANIFESTAÇÃO DE MINISTROS

Concedida a palavra, o Ministro CARLOS AUGUSTO DE SOUSA registrou sua participação em evento jurídico ocorrido em Singapura, no Sudeste Asiático, proferindo as seguintes considerações:

*Participação do Ministro Alte Esq CARLOS AUGUSTO DE SOUSA
no Asia Pacific Military Justice Workshop*

No período de 19 a 22 de setembro de 2016, o Ministro Carlos Augusto de Sousa participou, na National University of Singapore, do Asia Pacific Military Justice Workshop, representando o Superior Tribunal Militar. O evento foi composto de quatro painéis: "Military Justice in National Legal Systems"; "Military Justice and Deployments"; "Issues in the Execution of Military Justice"; e "International Law and Military Justice". Estiveram presentes representantes dos Estados Unidos da América, Japão, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Grã-Bretanha e Singapura. O propósito principal do Workshop pautou-se por explorar o desenvolvimento de uma perspectiva comparativa entre os sistemas de justiça militar dos países da região do Pacífico asiático, de modo a identificar e analisar os fatores jurídicos nacionais e internacionais que têm impulsionado mudanças, visando avaliar a necessidade de futuras reformas.

O tema desenvolvido pelo Ministro Carlos Augusto foi: "Brazilian Federal Military Justice's Jurisdiction to Prosecute Civilians". Despertou detida atenção e motivo de diversos questionamentos dos participantes a respeito da estruturação da Justiça Militar da União, na

(continuação da Ata da 70ª Sessão de Julgamento, em 29 de setembro de 2016)

medida em que a JMU não se constitui em corte marcial nem em tribunal administrativo, ademais de fazer parte do Poder Judiciário.

Logo após, o Ministro LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, em nome dos Ministros oriundos do Exército, parabenizou o Ministro Presidente por sua data natalícia a ocorrer em 1º de outubro próximo.

Em seguida, o Ministro JOSÉ COÊLHO FERREIRA saudou, em nome dos Ministros civis, o Ministro Presidente pela proximidade da data de seu aniversário, e, ainda, relembrou a passagem do Dia do Hidrógrafo, proferindo a seguinte homenagem:

28 DE SETEMBRO: DIA DO HIDRÓGRAFO. Ontem, 28 de setembro, foi celebrado o Dia do Hidrógrafo. A data alude àquela de nascimento, em 1829, do pernambucano Capitão-de-Fragata Manoel Antônio Vital de Oliveira, Patrono da Hidrografia Brasileira. Vital de Oliveira foi realizador do primeiro levantamento hidrográfico sistemático do litoral brasileiro e responsável pela Carta Geral da Costa brasileira, por encomenda do Imperador. Participou dos combates da Guerra da Triplice Aliança, quando foi mortalmente ferido, em 2 de fevereiro de 1867. A Diretoria de Hidrografia e Navegação - DHN foi criada, em 1876, com a denominação de Repartição Hidrográfica. Cabe à DHN uma gama enorme de tarefas essenciais, de âmbito nacional e internacional, que abrange os levantamentos hidrográficos; a confecção e atualização de cartas náuticas; a manutenção do banco de dados oceanográficos nacional; a emissão de avisos aos navegantes; avisos rádio náuticos; a previsão e emissão de boletins meteorológicos marítimos; a sinalização náutica; levantamentos da plataforma continental e limites marítimos; a previsão de marés; a normatização de assuntos relativos à navegação e sinalização em vias aquaviárias; o apoio à pesquisa no mar, como a dos recursos vivos marinhos; o apoio às operações navais e em prol da segurança da navegação e da vida humana no mar; entre tantas outras. Ao ensejo desta data, presto minha homenagem aos hidrógrafos de nossa Marinha, citando o seu lema: "Restará sempre muito o que fazer!"

Com a palavra, o Ministro ALVARO LUIZ PINTO agradeceu as palavras do Ministro JOSÉ COÊLHO FERREIRA pelo Dia do Hidrógrafo.

Pedindo a palavra, o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr. Roberto Coutinho, parabenizou o Ministro Presidente pela sua data natalícia e associou-se às homenagens proferidas à Marinha pelo Dia do Hidrógrafo.

Por fim, o Defensor Público Federal de Categoria Especial, Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado, felicitou o Ministro Presidente por seu aniversário.

JULGAMENTOS

HABEAS CORPUS Nº 165-98.2016.7.00.0000 - PA - Relator Ministro ALVARO LUIZ PINTO. **PACIENTE:** JEYKSON KALYL DA SILVA PERUFO, 2º Ten Ex. **IMPETRANTES:** Drs. Tiago Silva Brito, Barbara Correa Lima e Mayara Carneiro Ledo Macola.

O Tribunal, **por unanimidade**, conheceu do **habeas corpus** e denegou a ordem, confirmando o indeferimento do pleito liminar, por falta de amparo legal. Os Ministros MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA e JOSÉ BARROSO FILHO não participaram do julgamento. O Ministro PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ declarou-se impedido na forma do art. 144 do RISTM.

(continuação da Ata da 70ª Sessão de Julgamento, em 29 de setembro de 2016)

HABEAS CORPUS Nº 182-37.2016.7.00.0000 - MS - Relator Ministro PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ. **PACIENTE:** HELMA HUPPES, Civil. **IMPETRANTE:** O Ministério Público Militar.

O Tribunal, **por unanimidade**, conheceu do **habeas corpus** e denegou a ordem, por falta de amparo legal.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 25-89.2015.7.10.0010 - CE - Relator Ministro FRANCISCO JOSELI PARENTE CAMELO. **RECORRENTE:** O Ministério Público Militar. **RECORRIDA:** A Decisão da MM. Juíza-Auditora da Auditoria da 10ª CJM, de 02/03/2016, proferida nos autos do IPM nº 25-89.2015.7.10.0010, que rejeitou a Denúncia oferecida em desfavor de MARCELO GUIMARÃES MARTINS, Ten Cel Ex, e MESSIAS MATEUS DE SOUSA, 2º Sgt Ex, como incurso, por três vezes, no art. 320, c/c o art. 80, ambos do CPM. Adv. Drs. Evandro Moreira da Rocha Araújo, George Henrique Araújo Peixoto e Defensoria Pública da União.

O Tribunal, **por unanimidade**, conheceu e negou provimento ao Recurso ministerial, para manter incólume a Decisão hostilizada, por seus jurídicos fundamentos. A Ministra MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA não participou do julgamento. Na forma regimental, usaram da palavra o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr. Roberto Coutinho, e o Defensor Público Federal de Categoria Especial, Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado.

APELAÇÃO Nº 32-44.2015.7.08.0008 - PA - Relator Ministro CARLOS AUGUSTO DE SOUSA. Revisor Ministro ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA. **APELANTE:** O Ministério Público Militar, no tocante à absolvição de EDILENO SILVA PINTO, Cb Mar, do crime previsto no art. 240, § 4º, do CPM. **APELADA:** A Sentença do Conselho Permanente de Justiça da Auditoria da 8ª CJM, de 19/11/2015. Adv. Defensoria Pública da União.

O Tribunal, **por unanimidade**, negou provimento ao Apelo, mantendo a Sentença absolutória, pelos seus próprios e jurídicos fundamentos. A Ministra MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA não participou do julgamento. Na forma regimental, usaram da palavra o Vice-Procurador-Geral da Justiça Militar, Dr. Roberto Coutinho, que ratificou o parecer ministerial, e o Defensor Público Federal de Categoria Especial, Dr. Afonso Carlos Roberto do Prado.

AGRAVO REGIMENTAL (2) Nº 115-98.2013.7.09.0009 - DF - Relator Ministro WILLIAM DE OLIVEIRA BARROS. **AGRAVANTE:** THIAGO RICARDO DE LIMA, ex-Sd Ex. **AGRAVADA:** A Decisão do Exmo. Sr. Ministro Presidente, de 21/06/2016, que negou seguimento ao Recurso Extraordinário interposto pelo Agravante. Adv. Defensoria Pública da União.

O Tribunal, **por unanimidade**, rejeitou o Agravo defensivo, para ratificar **in totum** a Decisão hostilizada, que não admitiu o Recurso Extraordinário, com fundamento no art. 1.030, inciso I, alínea "a", do Código de Processo Civil, e no art. 6º, inciso IV, do RISTM. O Ministro ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA não participou do julgamento.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 21-63.2013.7.01.0401 - DF - Relator Ministro ALVARO LUIZ PINTO. **EMBARGANTE:** HENRIQUE NELSON VARGAS LEITE JUNIOR, ex-Sd Ex. **EMBARGADO:** O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 02/08/2016, lavrado nos autos dos Embargos nº 21-63.2013.7.01.0401. Adv. Defensoria Pública da União.

O Tribunal, **por unanimidade**, rejeitou os Embargos Declaratórios, para manter irretocável o Acórdão hostilizado, por seus jurídicos fundamentos. Os Ministros MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA, ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA e PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ não participaram do julgamento.

(continuação da Ata da 70ª Sessão de Julgamento, em 29 de setembro de 2016)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 92-84.2015.7.09.0009 - DF - Relator Ministro JOSÉ COÊLHO FERREIRA. **EMBARGANTE:** ALEXSANDRO BERNAL ARGUELHO, ex-Sd Ex. **EMBARGADO:** O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 23/08/2016, lavrado nos autos da Apelação nº 92-84.2015.7.09.0009. Adv. Defensoria Pública da União.

O Tribunal, **por unanimidade**, conheceu e acolheu os Embargos de Declaração, tão somente para enfrentar os argumentos contidos na manifestação judicial extemporânea do embargante, deixando de reconhecer a extinção do feito pela falta de condição de procedibilidade/prosseguibilidade da ação penal militar, em razão do licenciamento do ex-Sd Ex ALEXSANDRO BERNAL ARGUELHO, bem como não reconhecer a nulidade absoluta do processo pela irregularidade eventualmente ocorrida no IPM. Os Ministros MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA, ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA e PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ não participaram do julgamento.

RECURSO EM SENTIDO ESTRITO Nº 110-34.2016.7.07.0007 - PE - Relator Ministro LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES. **RECORRENTE:** O Ministério Público Militar. **RECORRIDA:** A Decisão da MM. Juíza-Auditora da Auditoria da 7ª CJM, de 11/07/2016, que deixou de acolher o pleito ministerial de reconhecimento da incompetência da Justiça Militar da União para processar e julgar os fatos investigados no IPM nº 110-34.2016.7.07.0007, por entender não haver crime a ser apurado. Adv. Defensoria Pública da União.

O Tribunal, **por unanimidade**, negou provimento ao Recurso Ministerial, mantendo a Decisão recorrida, determinando a remessa de cópia do Acórdão ao Comando da Aeronáutica para as providências que se fizerem necessárias. Os Ministros ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA e PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ não participaram do julgamento.

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº 28-37.2015.7.07.0007 - DF - Relatora Ministra MARIA ELIZABETH GUIMARÃES TEIXEIRA ROCHA. **EMBARGANTE:** IURY DO NASCIMENTO ALMEIDA, ex-Sd Ex. **EMBARGADO:** O Acórdão do Superior Tribunal Militar, de 16/06/2016, lavrado nos autos da Apelação nº 28-37.2015.7.07.0007. Adv. Defensoria Pública da União.

O Tribunal, **por unanimidade**, acolheu os presentes Embargos defensivos, para declarar a nulidade do Acórdão prolatado na Sessão de 16/6/2016, com fundamento no art. 500, inciso IV, do CPPM, determinando a realização de novo julgamento, com a intimação da Defesa para fins de sustentação oral. Os Ministros ARTUR VIDIGAL DE OLIVEIRA E PÉRICLES AURÉLIO LIMA DE QUEIROZ não participaram do julgamento.

A Sessão foi encerrada às 18 horas.

Processos em mesa:

- 1 - Apelação - 18-98.2013.7.09.0009 (LMG/AVO) AUD9aCJM Adv. DPU e PAULO CESAR DE OLIVEIRA
- 2 - Apelação - 103-16.2015.7.09.0009 (MAF/JBF) AUD9aCJM Adv. DPU
- 3 - Apelação - 158-08.2014.7.12.0012 (LMG/JCF) AUD12aCJM Adv. DPU
- 4 - Apelação - 5-12.2013.7.01.0401 (LCM/JCF) 4aAUD1aCJM Adv. GODOFREDO NUNES FILHO
- 5 - Apelação - 120-15.2015.7.07.0007 (MVS/PAQ) AUD7aCJM Adv. DPU
- 6 - Apelação - 14-71.2013.7.01.0401 (LMG/JBF) 4aAUD1aCJM Adv. CRISLAINE SIQUEIRA TORRES
- 7 - Apelação - 135-78.2014.7.05.0005 (MAF/JBF) AUD5aCJM Adv. DPU
- 8 - Apelação - 64-19.2015.7.09.0009 (ALP/JCF) AUD9aCJM Adv. DPU
- 9 - Apelação - 13-90.2016.7.11.0211 (ALP/AVO) 2aAUD11aCJM Adv. DPU

(continuação da Ata da 70ª Sessão de Julgamento, em 29 de setembro de 2016)

- 10 - Apelação - 146-47.2014.7.07.0007 (JCF/MAF) RSE Adv. DPU
- 11 - Apelação - 89-09.2015.7.03.0103 (CNS/AVO) 1aAUD3aCJM Adv. DPU
- 12 - Apelação - 117-02.2014.7.03.0203 (MAF/JCF) 2aAUD3aCJM Adv. DPU
- 13 - Apelação - 107-16.2015.7.07.0007 (MEG/ALP) AUD7aCJM Adv. DPU
- 14 - Apelação - 170-97.2015.7.11.0211 (MEG/CNS) 2aAUD11aCJM Adv. DPU
- 15 - Apelação - 120-80.2015.7.11.0111 (CAS/AVO) 1aAUD11aCJM Adv. DPU
- 16 - Embargos - 6-83.2015.7.10.0010 (JBF/OSB) AP Adv. DPU
- 17 - Apelação - 190-97.2015.7.11.0111 (MEG/OSB) 1aAUD11aCJM Adv. DPU
- 18 - Apelação - 29-70.2014.7.03.0103 (MVS/JCF) 1aAUD3aCJM Adv. RAFAEL SCHERER POLITANO
- 19 - Apelação - 72-06.2015.7.01.0401 (CAS/JBF) 4aAUD1aCJM Adv. GODOFREDO NUNES FILHO
- 20 - Apelação - 9-43.2005.7.05.0005 (OSB/MEG) AP(FO) Adv. ADILSON AMARO ALVES e FÁBIO LEANDRO DOS SANTOS
- 21 - Apelação - 100-62.2013.7.08.0008 (JPC/JCF) AUD8aCJM Adv. DPU
- 22 - Apelação - 132-77.2014.7.03.0103 (MEG/CAS) 1aAUD3aCJM Adv. MAURÍCIO MICHAELSEN
- 23 - Embargos - 286-63.2011.7.01.0101 (MVS/JCF) AP Adv. GERALDO KAUTZNER MARQUES
- 24 - Apelação - 90-77.2015.7.07.0007 (ALP/JBF) AUD7aCJM Adv. DPU
- 25 - Apelação - 54-16.2014.7.12.0012 (CNS/MEG) AUD12aCJM Adv. DPU
- 26 - Embargos - 106-05.2014.7.09.0009 (LMG/JBF) AP Adv. DPU
- 27 - Apelação - 239-80.2011.7.01.0201 (LCM/JCF) 2aAUD1aCJM Adv. DPU
- 28 - Apelação - 12-46.2015.7.05.0005 (AVO/MVS) AUD5aCJM Adv. ANDREY OSINAGA TERRES
- 29 - Apelação - 31-52.2015.7.05.0005 (JCF/CNS) AUD5aCJM Adv. DPU
- 30 - Apelação - 121-39.2014.7.03.0203 (AVO/MVS) 2aAUD3aCJM Adv. DPU
- 31 - Apelação - 116-42.2013.7.03.0303 (MEG/CNS) 3aAUD3aCJM Adv. DPU
- 32 - Apelação - 79-49.2013.7.06.0006 (JCF/LCM) AUD6aCJM Adv. UDINE ANTÔNIO BRANDÃO CARDOSO
- 33 - Embargos - 56-35.2014.7.03.0303 (ALP/JCF) AP Adv. DPU
- 34 - Embargos - 152-85.2015.7.01.0201 (MEG/LCM) RSE Adv. DPU
- 35 - Apelação - 111-25.2014.7.02.0202 (JCF/LCM) 2aAUD2aCJM Adv. DAISY MARA BALLOCK, EDNA SOUSA MENDES, MARIA ELISIA SILVA CERAVOLO e UBIRAJARA TADEU S. GRAMIGNOLI
- 36 - Apelação - 45-74.2013.7.06.0006 (JBF/OSB) AUD6aCJM Adv. DPU
- 37 - Apelação - 86-80.2012.7.02.0202 (LCM/MEG) 2aAUD2aCJM Adv. LUCIANO JOSÉ LENZI
- 38 - Apelação - 62-77.2015.7.01.0201 (CAS/AVO) 2aAUD1aCJM Adv. DPU
- 39 - Apelação - 116-56.2014.7.02.0102 (CAS/MEG) 1aAUD2aCJM Adv. DPU
- 40 - Apelação - 115-62.2014.7.02.0202 (MVS/AVO) 2aAUD2aCJM Adv. DPU
- 41 - Apelação - 243-02.2011.7.01.0401 (JCF/CAS) RSE Adv. MAURO DE ALMEIDA FELIX
- 42 - Apelação - 41-21.2013.7.03.0103 (LCM/AVO) 1aAUD3aCJM Adv. DPU
- 43 - Apelação - 41-92.2015.7.11.0211 (MEG/JPC) 2aAUD11aCJM Adv. DPU
- 44 - Apelação - 7-27.2016.7.07.0007 (CNS/AVO) AUD7aCJM Adv. DPU
- 45 - Apelação - 170-80.2011.7.07.0007 (LCM/MEG) AP Adv. DPU
- 46 - Apelação - 16-86.2016.7.07.0007 (CNS/JCF) AUD7aCJM Adv. DPU
- 47 - Apelação - 241-61.2013.7.01.0401 (ALP/JCF) 4aAUD1aCJM Adv. THIAGO LUQUETTI DA SILVA
- 48 - Agravo Regimental - 90-28.2014.7.03.0103 (JBF) ED Adv. DPU
- 49 - Apelação - 94-54.2015.7.09.0009 (MAF/AVO) AUD9aCJM Adv. DPU
- 50 - Apelação - 157-16.2014.7.09.0009 (MEG/ALP) AUD9aCJM Adv. DPU
- 51 - Apelação - 94-18.2013.7.06.0006 (MVS/JBF) AUD6aCJM Adv. DPU
- 52 - Apelação - 118-13.2015.7.11.0111 (LMG/AVO) 1aAUD11aCJM Adv. DPU
- 53 - Apelação - 13-34.2016.7.07.0007 (CNS/JCF) AUD7aCJM Adv. DPU
- 54 - Apelação - 20-28.2015.7.11.0111 (LCM/JBF) 1aAUD11aCJM Adv. DPU
- 55 - Apelação - 239-75.2014.7.01.0201 (MVS/MEG) 2aAUD1aCJM Adv. WAGNER MARTINS GOMES
- 56 - Apelação - 93-25.2014.7.11.0211 (CNS/MEG) 2aAUD11aCJM Adv. DPU
- 57 - Apelação - 269-90.2012.7.11.0011 (JBF/CAS) RSE Adv. DPU
- 58 - Apelação - 40-78.2014.7.04.0004 (OSB/MEG) RSE Adv. DPU
- 59 - Recurso em Sentido Estrito - 203-78.2015.7.01.0401 (CAS) 4aAUD1aCJM Adv. DPU
- 60 - Habeas Corpus - 184-07.2016.7.00.0000 (CAS) 1aAUD3aCJM Adv. DPU
- 61 - Embargos de Declaração - 74-86.2015.7.05.0005 (LCM) AP Adv. DPU

(continuação da Ata da 70ª Sessão de Julgamento, em 29 de setembro de 2016)

- 62 - Embargos - 93-34.2014.7.01.0201 (JPC/AVO) AP Adv. DPU
63 - Apelação - 59-08.2014.7.03.0103 (CNS/JCF) 1aAUD3aCJM Adv. LEANDRO DALBOSCO MACHADO, RAFAEL SCHERER POLITANO e RAPHAEL RAMOS D'AIUTO
64 - Embargos - 100-54.2014.7.03.0303 (PAQ/MAF) AP Adv. DPU
65 - Apelação - 102-59.2015.7.11.0111 (LMG/AVO) 1aAUD11aCJM Adv. DPU
66 - Correição Parcial - 121-68.2016.7.03.0203 (MVS) 2aAUD3aCJM Adv. DPU
67 - Apelação - 130-56.2014.7.05.0005 (AVO/CNS) AUD5aCJM Adv. DPU
68 - Apelação - 280-22.2012.7.11.0011 (AVO/MVS) 2aAUD11aCJM Adv. DPU
69 - Apelação - 114-10.2014.7.11.0111 (MAF/AVO) 1aAUD11aCJM Adv. DPU
70 - Apelação - 183-21.2014.7.12.0012 (ALP/JCF) AUD12aCJM Adv. DPU
71 - Apelação - 228-62.2013.7.01.0401 (LMG/AVO) 4aAUD1aCJM Adv. DPU e GODOFREDO NUNES FILHO
72 - Embargos - 33-33.2014.7.09.0009 (JCF/ALP) AP Adv. DPU
73 - Apelação - 89-94.2014.7.01.0201 (OSB/JBF) 2aAUD1aCJM Adv. DPU
74 - Apelação - 136-19.2010.7.11.0011 (CNS/PAQ) 1aAUD11aCJM Adv. DPU
75 - Apelação - 59-58.2013.7.06.0006 (LMG/MEG) AUD6aCJM Adv. DPU
76 - Apelação - 121-97.2015.7.07.0007 (OSB/JBF) AUD7aCJM Adv. DPU
77 - Embargos - 25-54.2014.7.02.0202 (LCM/AVO) AP Adv. DPU
78 - Apelação - 35-35.2013.7.02.0202 (LMG/JBF) 2aAUD2aCJM Adv. DPU
79 - Apelação - 188-30.2015.7.11.0111 (LMG/MEG) 1aAUD11aCJM Adv. DPU
80 - Embargos - 8-88.2012.7.09.0009 (JPC/AVO) AP Adv. DPU
81 - Apelação - 78-95.2011.7.04.0004 (MVS/AVO) RSE Adv. DPU e JOÃO PAULO MALDONADO GAMA
82 - Apelação - 138-92.2015.7.11.0211 (AVO/LMG) 2aAUD11aCJM Adv. DPU
83 - Embargos - 167-38.2012.7.12.0012 (MVS/PAQ) AP Adv. DPU
84 - Apelação - 159-14.2014.7.01.0201 (MEG/CNS) 2aAUD1aCJM Adv. DPU
85 - Apelação - 83-52.2014.7.06.0006 (LCM/MEG) AUD6aCJM Adv. DPU
86 - Apelação - 188-55.2014.7.01.0301 (OSB/AVO) 3aAUD1aCJM Adv. RICARDO DE OLIVEIRA MANTUANO
87 - Apelação - 20-95.2015.7.02.0202 (AVO/LMG) 2aAUD2aCJM Adv. DPU
88 - Apelação - 3-61.2015.7.09.0009 (CAS/JBF) AUD9aCJM Adv. DPU
89 - Apelação - 42-51.2014.7.03.0303 (CAS/AVO) 3aAUD3aCJM Adv. RODRIGO VELEDA MARTINS
90 - Apelação - 94-82.2015.7.11.0111 (MEG/CNS) 1aAUD11aCJM Adv. DPU
91 - Apelação - 19-97.2016.7.11.0211 (LCM/JCF) 2aAUD11aCJM Adv. DPU
92 - Apelação - 69-82.2014.7.02.0102 (LMG/MEG) 1aAUD2aCJM Adv. DPU
93 - Recurso em Sentido Estrito - 138-07.2016.7.03.0203 (CNS) 2aAUD3aCJM Adv. DPU
94 - Apelação - 13-02.2002.7.11.0011 (CNS/MEG) 1aAUD11aCJM Adv. ANDRE FRANCISCO NEVES SILVA DA CUNHA, CARLOS ALBERTO GOMES, DPU, JOSÉ CUPERTINO DA LUZ NETO e WENDELL DO CARMO SANT'ANA
95 - Apelação - 82-43.2012.7.02.0202 (MVS/JBF) 2aAUD2aCJM Adv. ARLINDO BASILIO, CÁSSIO ROGÉRIO MIGLIATI, DPU, FIORAVANTE MALAMAN NETO, NEIDE MAGALI BORDINI MALAMAN e ROGÉRIO QUEIROZ DOS SANTOS
96 - Apelação - 14-90.2015.7.09.0009 (LMG/JCF) AUD9aCJM Adv. DPU

(Ata aprovada em 04/10/2016)

SONJA CHRISTIAN WRIEDT
Secretária do Tribunal Pleno